

**Discurso do Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, proferido por ocasião do lançamento oficial da Iniciativa Presidencial, “Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal”**

**“Venerando Presidente do Tribunal Supremo**

**Digníssima Procuradora-Geral da República**

**Senhores Ministros**

**Venerandos Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo**

**Veneranda Presidente do Conselho Administrativo do Cofre dos Tribunais**

**Venerando Juízes Desembargadores**

**Senhora Secretária de Estado na Província de Maputo**

**Senhor Governador da Província de Maputo**

**Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola**

**Distintos convidados**

**Minhas Senhoras, Meus Senhores**

O desafio de assegurar o aumento da eficiência e qualidade dos serviços dos tribunais bem como contribuir para a melhoria das condições sociais e de trabalho dos magistrados, oficiais de justiça e dos demais funcionários através da construção de infra-estruturas de justiça, constitui um dos desafios estratégicos inscritos na prioridade dois (2) do nosso programa quinquenal de governação.

É neste sentido que com muita satisfação dirigimos hoje esta cerimónia oficial de lançamento da iniciativa “Um Distrito, um Edifício Condigno para o Tribunal”, um marco importante para melhoria do acesso à Justiça e ao Direito para o cidadão.

Como firmamos, esta iniciativa materializa os compromisso por nós assumidos da chefia do Estado Moçambicano ao reconhecermos que as infra-estruturas constituem um suporte importante do desenvolvimento económico e social e

fluindo decisivamente na melhoria da prestação de serviços e no bem servir aos cidadãos e conseqüentemente nas suas condições de vida.

A par deste lançamento testemunhamos também a pouco o lançamento da primeira pedra da construção do edifício do Tribunal Judicial de Infulene, de nível distrital. Este já é um que representa um passo em direcção a materialização desse nosso desiderato colectivo de construir mais infra-estrutura para o sector da justiça.

### **Moçambicanas e Moçambicanos**

Como tem se vindo a referir, no dia 7 de Agosto de 2020, no âmbito da nossa visita presidencial à Província de Gaza, como forma de continuar a melhorar as condições de trabalho do nosso judiciário partilhamos a nossa visão para este sector no domínio das infra-estruturas a que denominámos Iniciativa “Um Distrito, um Edifício Condigno para o Tribunal”. Um mês depois, a 2 de Setembro do mesmo ano, criamos 12 tribunais de distrito que estavam em falta para total cobertura territorial do nosso País.

Hoje, o que outrora foi um sonho de um projecto ambicioso é já um programa concreto, com metas claras e alcançáveis com o empenho de todos os intervenientes. Devo aqui confessar que é muito fácil ajudar a quem trabalha, praticamente esta iniciativa é do Sector da Justiça e nós acarinhámos e vemos como gradualmente iam fazendo com poucos recursos que tinham e mereciam apoio, já pescavam mas nós melhorámos oferecendo mais anzóis para continuar a pescar.

A implementação desta nossa iniciativa comporta duas fases como aqui foi bem dito: uma primeira que vai ter lugar este ano e a segunda que iniciará no próximo ano prolongando-se pelos anos subsequentes. Mas o Venerando Presidente sabe o que eu lhe disse, quando digo ano subsequente ele compreende bem o que eu estou a dizer.

Este processo permitirá a construção de edifícios para tribunais e residências para magistrados judiciais e do Ministério Público permitindo que até 2023, ou seja, quase no final do presente quinquénio todos os distritos do nosso país tenham edifícios condignos para o funcionamento dos tribunais.

Além da construção de novos edifícios pretende-se nos próximos anos requalificar e reabilitar os edifícios já existentes por forma a melhorar as condições de comodidade e dignidade dos quadros que nele operam bem assim de todos quanto procuram seus serviços. Também temos que ser honestos, escolheram um modelo com uma boa arquitectura, de certeza Infulene, neste espaço vai mudar a sua maneira de ser.

Queremos assim dar a nossa contribuição como Estado e Governo na solução das inquietações dos cidadãos e do funcionamento da nossa justiça concretamente no acesso à justiça. Queremos igualmente manifestar a nossa consideração aos magistrados, oficiais de justiça, e assistentes dos oficiais de justiça que independentemente das condições que lhes são colocadas tem dado o melhor de si, para todos os cidadãos tenham o local onde apresentar os seus problemas quando seus direitos são violados.

O facto de 23 distritos agora já 22 hoje do nosso País não terem até hoje tribunais a funcionarem é revelador de tal realidade desafiante. A falta de tribunais a funcionarem em todos os distritos é um impedimento real à efectivação ao acesso aos tribunais formais tendo em conta a vasta extensão do nosso território. O nosso foco é o distrito com actos assim como fazemos escolas, hospitais, serviços bancários, energia, água e outros projectos de desenvolvimento.

### **Estimada família da Justiça**

Do nosso discurso inaugural para o presente mandato assumimos o compromisso de continuar a defender um Sistema de Administração da Justiça eficiente, imparcial,

célere e inspirador da confiança do povo na aplicação da lei igual forma para todos. Na mesma ocasião, como uma das medidas concretas, prometemos dar a nossa contribuição na expansão da cobertura de tribunais para o nível distrital de que esta iniciativa constitui exemplo.

Os compromissos que assumimos perante o povo moçambicano e que hoje cumprimos resultam da nossa percepção e não apenas das condições do funcionamento das instituições judiciárias e forenses mas também das reclamações recorrentes do nosso povo.

Como afirmamos por ocasião da abertura do ano judicial em 2020, parte das frustrações do nosso povo está relacionada com o funcionamento da justiça, e/ou com o modo da actuação da nossa Polícia.

É recorrente a reclamação de morosidade dos processos nos tribunais, de atendimento inadequado e da audição de rituais de procedimento processuais que não são de fácil compreensão. Esses factos não devem mais ser descurados. Preocupa o cidadão o facto de as instituições de justiça estarem distantes fisicamente e do ponto de vista linguístico e cultural. Preocupa-lhe, também, o facto de as instituições de justiça não terem condições infra-estruturais adequadas.

Recordo-me quando visitei um distrito, num comício, a população é muito orgulhosa, não pediu muito, pediu para que o seu distrito tivesse tribunal para se sentir dono do distrito. Preocupa ainda ao cidadão o facto de que as leis continuarem a não reflectir a sua vivência e dinâmica das relações sociais na sua comunidade.

Ao lançamento da presente iniciativa estamos cientes de que os desafios da justiça continuarão a merecer atenção especial de todos nós.

Queremos, por isso, aproveitar a oportunidade para apelar a consciência do cidadão e ao sentido patriótico de todos os operadores da justiça para que na nossa e vossa intervenção nunca se esqueçam das frustrações do povo em todos os níveis sociais.

A iniciativa que hoje é lançada, que não seja vista como apenas de edificações de infra-estruturas ou edifícios físicos.

Ela deve ser vista como parte da edificação da justiça, um pleno exercício da justiça social. Os tribunais que serão construídos no âmbito da iniciativa devem ser verdadeiros espaços de reforço da cidadania, espaço de reforço da confiança que os cidadãos devem depositar na nossa justiça locais onde se zela pela salvaguarda dos direitos humanos, e em última instância, pela dignidade pessoa humana.

### **Distintos convidados, compatriotas**

A Iniciativa “Um Distrito, um Edifício Condigno para o Tribunal” foi concebida para prosperar por conta da intervenção comprometida de todos os intervenientes na respectiva implementação, designadamente, a todos os níveis, a entidade implementadora o Cofre dos Tribunais, as magistraturas, bem como a toda população em geral e o seu governo.

Queremos por isso exortar a todo o povo moçambicano, as organizações sócios-profissionais ligadas ao Sector da Justiça e outras afins, organizações políticas da sociedade civil para que nos empenhemos de modo a que a presente iniciativa decora sem sobre saltos, aos empreiteiros não será um só, fiscais, mesmo trabalhadores recomendamos que cumprem com o caderno de encargo com a qualidade que é exigida e os prazos estabelecidos edificando infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas para que possam alcançar as metas a que nos propomos ou propusemos até 2023. Cabe a cada um de nós no seu lugar a sua parcela de responsabilidade levar esta iniciativa avante.

Antes de terminar permitam-me que dirija uma palavra de apresso ao Governo da Província de Maputo, ao Conselho Executivo Provincial, ao Conselho Municipal da Cidade da Matola, à Administração do Distrito e do Bairro de Infulene e toda população no geral por terem acolhido esta cerimónia.

Saúdo ainda por albergarem no vosso espaço territorial uma futura e importante infra-estrutura que será fundamental para o desenvolvimento no sector da justiça, o Tribunal Judicial Distrital de Infulene.

Endereçamos uma palavra de encorajamento e reconhecimento a todo o Sector de Justiça e ao Cofre dos Tribunais, em particular, e desejamos os nossos sinceros votos de sucessos na tarefa que assumiram de assegurar a construção atempada de todos os edifícios programados de forma a cumprir plenamente todos os objectivos pelos quais estão a ser edificados.

Felicitemos ainda ao Sector da Justiça e aos Ministérios da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e da Economia e Finanças que não fez mais nada senão a sua obrigação, pelo esforço desenvolvido na implementação desta iniciativa e trabalho que vêm realizando em coordenação com todos outros intervenientes em prol do desenvolvimento deste importante sector do nosso país.

O Projecto “Um Distrito, um Edifício Condigno para o Tribunal em Moçambique” já é uma realidade, já não é sonho.

**E DESTA FORMA DECLARO OFICIALMENTE LANÇADA A INICIATIVA.**

E muito obrigada pela atenção dispensada”.